

QUEM TEM A CANETA TEM O PODER: A CONSTRUÇÃO DO *ETHOS* EM ATAS ESCOLARES

Eveline Coelho Cardoso (UFF)
evelinecard@oi.com.br

1. Introdução

O objetivo deste trabalho é apresentar parte das conclusões de uma pesquisa desenvolvida durante o curso de mestrado em letras na Universidade Federal Fluminense (2011), cujo foco esteve sobre a construção do *ethos* e da polifonia no discurso produzido em atas escolares.

Tal gênero textual, muito comum no cotidiano de escolas de ensino fundamental e médio, nasce de um contexto de comunicação em que é preciso fazer um registro sobre alguma situação que pode envolver professores ou outros funcionários da escola, alunos e responsáveis, sempre opostos em duas instâncias enunciativas. Esse registro é feito por alguém que se coloca no discurso de forma “diplomática” entre essas instâncias, registrando por escrito o que dizem conforme seus próprios interesses, o que se reflete em suas estratégias linguísticas para dar voz aos interlocutores, ao mesmo tempo, apagar sua própria identidade no texto produzido. Chamamos metodologicamente esse gênero de “atas pedagógicas” e observamos que este sujeito enunciador, embora se vista de neutro, acaba tendendo sempre para a defesa da escola em seu discurso.

Nossa análise busca então mostrar alguns aspectos da imagem que esse sujeito constrói de si mesmo, lançando mão de alguns pressupostos da teoria semiolinguística de análise do discurso, de Patrick Charaudeau (1992, 2007, 2008a, 2008b), e de outros autores que privilegiam a enunciação no estudo dos textos, como Bakhtin (1992, 2000), Benveniste (1976, 1989), Amossy (2005, 2007) e Authier-Revuz (1990), entre outros.

2. Alguns princípios de análise

A semiolinguística propõe um estudo da linguagem a partir de uma problematização do discurso, articulando uma abordagem de base linguística e ao mesmo tempo uma abordagem de base semiótica. Tal concepção põe em relevo as funções dos diferentes sujeitos nos atos de linguagem cotidianos sem se desvincular, contudo, de uma análise estru-

tural e linguística que apoie suas interpretações (MACHADO, 2008, p. 180-181).

Nessa visão, os atos de linguagem são concebidos como encenações protagonizadas por sujeitos que assumem diferentes papéis enunciativos determinados em torno de diversas *circunstâncias de discurso*. Trata-se de um encontro dialético entre o processo de *produção* – criado por um EU e dirigido a um TU destinatário – e o processo de *interpretação* – criado por um TU’ Interpretante que constrói uma imagem EU’ locutor. Nesse sentido, estão em jogo dois universos de discurso distintos – o universo de discurso do EU e o universo de discurso do TU – bem como quatro protagonistas diferentes: o EU-comunicante e o TU-interpretante, que são os seres do espaço social; e o Eu-enunciador e o Tu-destinatário, que são os seres do espaço da fala, espécies de máscaras vestidas na enunciação (CHARAUDEAU, 2008b, p. 44)

Conforme Charaudeau (2007), os atos de linguagem são atos de “liberdade vigiada”, porquanto, embora sirvam a um projeto de fala de um enunciador, se submetem a restrições de natureza situacional, discursiva e formal, de cuja intersecção resulta o que o autor chama de *contrato de comunicação*.

O contrato de comunicação se configura como uma espécie de acordo entre os interlocutores, que nasce de um jogo de regulação emergente de restrições temporais, espaciais e relacionais que incidem sobre a encenação das trocas comunicativas. Assim, originam-se nele convenções e normas para os comportamentos linguageiros que ficam armazenados numa memória coletiva dos interlocutores, que as partilham e acessam a fim de que a comunicação seja possível. Os inúmeros gêneros do discurso criados nas mais diversas situações comunicativas humanas são, então, definidos e validados por coerções do contrato de comunicação, como diz Maingueneau (2008a) citando Charaudeau:

Dizer que o gênero de discurso é um *contrato* significa afirmar que ele é fundamentalmente cooperativo e regido por normas. Todo gênero de discurso exige daqueles que participam a aceitação de um certo número de regras mutuamente conhecidas e as sanções previstas para quem as transgredir. Evidentemente, esse “contrato” não necessita ser objeto de um acordo explícito: “É justamente porque o contrato de comunicação é fundador do ato de linguagem que ele inclui sua própria validação. (...)” (p. 69)

Charaudeau afirma que o processo de interpretação se associa à instauração de um processo para apurar as intenções do EU e, de modo análogo, que ao produzirmos um ato de linguagem, estamos empen-

dendo uma “aposta” em nosso interlocutor, sempre esperando que ele consiga interpretar a mensagem emitida corretamente. Daí mobilizarmos conhecimentos em prol de um *contrato de comunicação* e lançarmos mãos de *estratégias* – procedimentos empregados para conseguir um determinado efeito (persuasão, sedução) sobre o interlocutor, de modo a fazê-lo identificar-se com um destinatário ideal.

2.1. Gêneros discursivos

A forma assumida pela linguagem quando se materializa numa situação de comunicação não ocorre por acaso. No dizer de Bakhtin (2000, p. 113), “a situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, a partir do seu próprio interior, a estrutura da enunciação”. Nesse sentido, a partir do conceito de enunciado, o autor definiu da seguinte maneira os gêneros do discurso: “Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso”. (*Op. cit.*, p. 280)

O autor acrescenta que, tal qual a variedade da própria atividade humana, a variedade dos gêneros do discurso é também infinita, e acumula sempre as formas de uma visão de mundo e de um pensamento. Nesse sentido, os gêneros podem ter natureza primária ou secundária: os primeiros são considerados mais simples, tendo a carta, o bilhete e o diálogo cotidiano como exemplos; ao passo que os outros, mais complexos, encontram exemplos no romance, teatro e discurso científico, por exemplo.

Consoante os pressupostos bakhtinianos, Marcuschi (2003) define os gêneros textuais como ‘formas sociais’ de organização e expressões típicas da vida cultural. Também para este autor a noção de gênero se refere a textos materializados que apresentam características sociocomunicativas definidas por conteúdo, propriedades funcionais, estilo e composição característica. O autor ressalta que os gêneros textuais são entidades sociodiscursivas e se caracterizam mais por suas funções comunicativas, cognitivas e funcionais do que por suas peculiaridades linguísticas e estruturais, sendo bastante maleáveis, dinâmicos e plásticos. Sobre esse aspecto, ressaltou Bakhtin:

Uma dada função (científica, técnica, ideológica, oficial, cotidiana) e das condições, específicas para cada uma das esferas de comunicação verbal,

geram um dado gênero, ou seja, um dado tipo de enunciado relativamente estável do ponto de vista temático, composicional e estilístico. (BAKHTIN, 2000, p. 284)

Maigueneau (2008a) ressalta que, como atividades sociais, assim como os atos de linguagem, os gêneros do discurso se submetem a condições de êxito, que seriam, grosso modo: uma finalidade reconhecida, o estatuto dos parceiros, o lugar e o momento constitutivos, um suporte material e uma organização textual. Ou seja, a matéria linguística em si, privilegiada em algumas abordagens como critério de classificação dos gêneros, deve ser analisada em última instância, em favor da análise dos elementos constitutivos do ato de linguagem como um todo.

É aproximadamente essa a visão de Charaudeau (2004), cuja proposta parte de uma reflexão sobre a constituição das comunidades humanas como um processo que depende de uma construção coletiva de sentidos, formas e comportamentos registrados em três memórias: *uma memória dos discursos*, na qual se inscrevem saberes de conhecimento e crença sobre o mundo; *uma memória das situações de comunicação*, em que são armazenados dispositivos que normatizam as trocas comunicativas e definem um conjunto de condições psicossociais para sua realização; e *uma memória das formas de signos*, registrados como maneiras de dizer, enquanto sistema que serve de diferentes maneiras ao uso.

A partir dessa reflexão, Charaudeau (2004) propõe um modelo semiodiscursivo de análise dos gêneros, no qual pretende articular situações, sentidos e formas, paralelamente argumentando em favor de uma visão do sujeito como portador de uma intencionalidade que o posiciona face às liberdades e restrições da linguagem. Em suma, a proposta do autor é uma tipologia fundada sobre o dispositivo gênero como materialidade da *mise-en-scène* (suporte) e sobre os diferentes procedimentos utilizados para construir dispositivos cênicos.

3. Algumas características do gênero textual “ata pedagógica”

As atas estão inseridas no conjunto de textos que alguns autores entendem por redação oficial: “a arte de redigir os documentos oficiais, o complexo de normas e processos para a perfeita execução do serviço burocrático e de escritório do Estado” (VASCONCELOS, 1972, p. 13). O conteúdo, estrutura e finalidade desse conjunto são bastante diversos entre si, embora se unam por um estilo peculiar de escrita, manifesto numa

tendência para a simplicidade, objetividade e clareza recomendadas pela tradição gramatical.

Para Ney (1976, p. 72), as atas integram o conjunto dos chamados atos de assentamento – documentos destinados ao registro de fatos ou ocorrências, sendo consideradas pelo autor como “o resumo fiel do ocorrido numa sessão, reunião ou assembleia”.

Além de um estilo “pragmático” e da finalidade de registro fiel de fatos ou ocorrências consensualmente observada nos manuais, Beleza (1973) ressalta como função das atas o registro conciso de opiniões dos participantes de um encontro, razão pela qual tais textos não seriam substituídos por sistemas mais avançados de gravação. Aí reside, segundo o autor, a vantagem desse gênero: “apresentar as opiniões de forma resumida e coordenada, de modo que mais facilmente se obtenha, por meio delas, a conclusão que interessa” (p. 32). Vale destacar nessa observação do autor uma importância implícita daquele que redige a ata, a quem cabe não só reconhecer os pontos de vista favoráveis à instituição que representa, como elaborar o texto de modo que estes se evidenciem.

As concepções dos autores pesquisados pressupõem um redator que domine a tradição gramatical e seja capaz de produzir um registro simples, claro e imparcial, admitindo a possibilidade de uma escrita “branca”, isenta de marcas de identidade e subjetividade.

Enquanto gênero discursivo, o que vimos denominando como ata pedagógica se caracteriza por um texto escrito oriundo de uma realização oral concomitante, no qual se identifica a voz de um sujeito relator que faz a mediação entre duas instâncias comunicativas: uma instância escolar e uma instância externa. A intenção pragmática e o propósito comunicativo desse gênero giram em torno da informação de algum problema ocorrido no espaço da escola por parte da equipe diretiva, a qual, no discurso do relator, procura se respaldar das atitudes tomadas para a resolução, bem como convencer a instância externa a compreender e corroborar sua decisão. Essa é a principal razão de considerarmos o gênero em estudo de “pedagógico”.

Considerando o tipo de intenção pragmática do EU e a posição do TU, podemos afirmar que os textos analisados evidenciam a predominância de uma visada de *informação* perpassada por visadas de *prescrição*, *solicitação* e *incitação*, encenadas por um EU que, em posição de

autoridade, assume o papel de quem deseja fazer saber algo ou deseja provocar determinado comportamento. Vejamos este exemplo¹⁵:

“CASTIGO”

Aos vinte e seis dias do mês de março do ano de dois mil e quatro compareceu a esta Unidade Escolar a responsável pelo aluno Tiago Figueira de Sousa a senhora Maria do Carmo Figueira de Sousa para esclarecer o fato ocorrido no dia anterior em que o aluno teve que limpar o banheiro. A professora colocou para a mãe que o aluno estava no banheiro enchendo a boca com água e molhando os colegas e acabou molhando o banheiro, foi pedido aos alunos que com um pano secassem o que molharam. A responsável colocou que o seu filho estava errado pois não deveria agir desta maneira na escola e ela gostaria que fosse dado ao aluno um outro tipo de “castigo”. Foi dito a responsável que essa medida foi tomada para que o aluno “conserte” o que estava fazendo dando ênfase ao limite que deve-se ter em suas ações. E nada mais havendo a constar eu Cláudia, auxiliar de direção lavrei a presente ata que vai assinada por mim, pela professora e pela responsável.

Teresópolis, 26 de março de 2004 [assinaturas de Cláudia, Maria do Carmo e professora]

Verificamos uma certa complexidade na natureza enunciativa das atas analisadas, porquanto são oriundas de dois atos de enunciação mais ou menos concomitantes: um oral, no qual se configura o diálogo entre a instância escolar e a externa; e um escrito, no qual se relata o ocorrido no diálogo sob a voz de um locutor que pertence à instância escolar. Trata-se de uma retextualização de um texto de natureza oral sob uma modalidade escrita mediante o ponto de vista de um dos seus participantes.

Considerando o contrato de comunicação dos textos analisados, em um nível mais global, participam de um conjunto de textos de relato, produzidos de forma relativamente padronizada, atendendo a uma função documental. O sujeito enunciador das atas pedagógicas, como representante de uma instituição e responsável pelo registro fiel do que ocorre no encontro entre as duas instâncias languageiras, mostra-se dotado de credibilidade para exercer tal função. Como produtor de um documento de caráter institucional com valor jurídico, esse locutor dirige-se a um interlocutor genérico e procura atender, em sua escrita, a exigências contratuais de objetividade e simplicidade, bem como de imparcialidade típicas dos textos oficiais.

¹⁵ O texto citado integra o *corpus* analisado na pesquisa original, composto por 20 atas registradas numa escola pública de ensino fundamental (1º segmento) do município de Teresópolis entre os anos 2004 e 2008. Foram utilizados nomes fictícios para preservar a imagem dos autores dos textos.

Do ponto de vista discursivo, notamos uma relação do EU com um terceiro que aparentemente se impõe no discurso, minimizando a presença dos interlocutores. Trata-se de um tipo de encenação no qual o sujeito locutor procura apagar o seu ponto de vista. Nos textos analisados, esse tipo de comportamento se manifesta em passagens estruturadas com discurso indireto.

Contudo, o que verificamos a partir da análise de alguns textos dessa natureza é que essa objetividade e imparcialidade desejável nos textos de caráter oficial pode ser questionada pela manifestação de marcas de subjetividade nas escolhas empreendidas pelo locutor no momento do registro das atas. Além disso, tendo em vista a situação de relato, as maneiras selecionadas pelo escritor para colocar os fatos e a voz do outro no próprio discurso também vão evidenciar o seu posicionamento em face do que registra.

4. Discurso relatado: o poder de quem dá voz ao Outro no discurso

De acordo com a noção de competência linguageira, Charaudeau (2008b) postulou a existência de um conjunto de procedimentos de colocação em cena do ato de comunicação – os modos de organização do discurso –, que se põem em funcionamento no nível discursivo. Tais procedimentos correspondem às finalidades discursivas de cada ato de comunicação, refletindo-se, então, em quatro modos de organização: o *enunciativo*, o *descritivo*, o *narrativo* e o *argumentativo*.

Segundo o autor, *descrever* corresponde a fazer existirem os seres do mundo ao nomeá-los, localizá-los e atribuir-lhes qualidades que os singularizam; *narrar* diz respeito a fazer uma descrição de uma sequência de ações, prevendo-se a presença de um narrador movido por uma intencionalidade; e *argumentar* consiste em combinar diferentes componentes que dependem de uma situação com finalidade persuasiva. Esta última é diferente dos dois modos anteriores, já que estão voltados para uma finalidade descritiva e mimética da realidade. A argumentação, por sua vez, pressupõe um jogo de raciocínio que envolve um princípio de não-contradição, com o fim de seduzir ou persuadir.

Cada modo de organização do discurso é concebido como uma categoria de discurso que aponta para a maneira pela qual o sujeito falante age na encenação do ato de comunicação. Para seu autor, esses modos dizem respeito à articulação dos componentes de todo ato de linguagem,

que são: o propósito referencial, o ponto de vista do sujeito falante e os aspectos da situação de comunicação. *Enunciar* seria, então, “organizar as *categorias da língua*, ordenando-as de forma a que deem conta da posição que o sujeito falante ocupa em relação ao *interlocutor*, em relação ao *que ele diz* e em relação ao *que o outro diz*.” (CHARAUDEAU, 2008b, p. 82, com grifos do autor).

Segundo Charaudeau, o modo enunciativo do discurso possui três funções que correspondem, cada uma, a um comportamento distinto, que são: o comportamento *alocutivo*, que visa a estabelecer uma relação de influência entre locutor e interlocutor; o *elocutivo*, em que o locutor procura revelar o seu ponto de vista sem que o interlocutor esteja implicado nele; e o *delocutivo*, destinado a retomar a fala de um terceiro, apagando tanto o sujeito falante quanto o seu interlocutor do ato de enunciação.

Os textos analisados se configuram a partir do que Charaudeau (2008b) define como *comportamento delocutivo*, uma vez que observamos um sujeito falante que figura como uma *testemunha* da maneira como os discursos do mundo se impõem a ele, de modo que a enunciação se manifesta aparentemente objetiva (“desvinculada da subjetividade do locutor”) e porta propósitos e textos apresentados de um ponto de vista externo ao sujeito falante.

O comportamento delocutivo se configura como uma espécie de busca por fazer emergir o propósito de comunicação em si, como se fosse imposto aos interlocutores, procurando-se ao mesmo tempo apagar as marcas destes no discurso. Charaudeau observa, porém, que esse tipo de atitude é apenas um “jogo” protagonizado pelo sujeito falante, no qual ele simula ocultar-se plenamente do ato de enunciação, como se pudesse não ter ponto de vista. Entretanto, trata-se de um jogo apenas, uma vez que todo ato de linguagem depende do sujeito falante e de seus pontos de vista.

É na modalidade delocutiva definida por Charaudeau como *discurso relatado* que situamos, então, as atas pedagógicas. Trata-se de textos que se configuram como tecidos polifônicos por natureza, que nascem da necessidade do sujeito de dar voz à alteridade por alguma razão. Charaudeau (2007) defende que, numa visão ampla, todo fato de linguagem poderia ser considerado como um discurso relatado, reportando-se, nesse sentido, ao conceito bakhtiniano de dialogismo:

(...) ao vir ao mundo, todo ser humano é mergulhado num oceano de palavras [...] corporificadas em seres humanos [...]. Assim, a palavra do outro está

sempre presente em todo ato de enunciação de um sujeito falante, instituindo um “dialogismo” permanente entre o outro e o sujeito que fala, fazendo de todo discurso um discurso heterogêneo por definição, uma vez que se compõe frequentemente “dos traços das enunciações do outro”. (*Op. cit.*, p. 161)

O autor enfatiza os desdobramentos que a enunciação do discurso relatado pressupõe: há um locutor *relator* (L.R) que se dirige a um interlocutor (I.R) num determinado tempo (T.R) e num determinado espaço (E.R) para relatar o discurso enunciado anteriormente (D.0) por um locutor de *origem* (L.0), num determinado espaço de tempo (T.0) e num determinado espaço (E.0) (*Op. cit.*, p. 103). Há que se considerar que o locutor-relator não coincide necessariamente com o Interlocutor de origem, podendo haver intermediários entre estes.

Analisando o discurso das mídias, o autor reconhece a complexidade do que chama de discurso ou “dito” relatado, ressaltando que se trata de um dito encaixado em outro, isto é, um tipo de heterogeneidade enunciativa¹⁶, porquanto se constrói ao término de uma dupla operação: uma reconstrução, uma vez que um dito é tomado e reintegrado a um novo ato de comunicação subordinado a um locutor-relator; e uma desconstrução, pois o discurso relatado se diferencia do discurso de origem, que é reificado como prova de autenticidade do discurso do relator.

Dessa forma, diz o autor, “o discurso relatado funciona estrategicamente como um *discurso de prova*”, tanto em relação ao outro, visando a produzir prova de autenticidade, responsabilidade ou verdade; quanto em relação a si mesmo, podendo produzir prova de um posicionamento de autoridade, poder ou engajamento por parte do locutor-relator (*Ibid.*).

5. *Em torno do ethos*

Em análise do discurso, o conceito de identidade está relacionado às noções de *sujeito* – que postula a existência do ser que diz “eu” – e de *alteridade*, pois não há consciência do “eu” sem o outro. Charaudeau (2008a, p. 51) ressalta que nossa individualidade e singularidade é sempre forjada nas relações com o outro, nas diversas situações de troca de que participamos como indivíduos.

Segundo Charaudeau & Maingueneau (2006), há dois domínios complementares nos quais se constrói a identidade: a identidade “pesso-

¹⁶ O conceito de *heterogeneidade enunciativa* se refere à abordagem de Authier-Revuz (1990).

al” e a identidade “de posicionamento”. A “identidade pessoal” é dupla: *psicossocial* (externa) do sujeito comunicante; e *discursiva* (interna) do sujeito enunciador. A identidade discursiva pode ser descrita recorrendo-se a categorias locutivas de modos de tomada da palavra, papéis enunciativos e modos de intervenção. Já a “identidade de posicionamento” caracteriza a função que o sujeito ocupa em um campo discursivo em relação aos sistemas de valores que nele circulam. Em ambos os casos, a identidade resulta tanto das condições de produção que exercem coerções sobre o sujeito, quanto das estratégias que ele põe em funcionamento de maneira mais ou menos consciente.

Sendo o ato de linguagem uma encenação em que muitas máscaras são possíveis, a identidade dos sujeitos envolvidos seria apenas a imagem coconstruída que resulta de seu encontro. Não se trata, diz Charaudeau, de uma imagem falsa, mas uma imagem que é o próprio ser em sua verdade da troca¹⁷. Trata-se da produção de uma imagem de si no discurso – chamada na retórica clássica de *ethos* – que permite que o locutor se coloque na cena da enunciação, imprimindo sua marca no enunciado e posicionando-se em relação a este de forma mais ou menos explícita.

Ao se colocar na enunciação, o locutor constrói uma representação de sua pessoa que deixa ver no ritmo de sua fala, em seu estilo pessoal, na maneira de se expressar, nas crenças implícitas em seu discurso. Entende-se, assim, que “todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si” (AMOSSY, 2005, p. 9).

Nesse sentido, Maingueneau (2008b, p. 59-60) também observa que, em última instância, o *ethos* está ligado à construção de uma identidade no discurso. Nas palavras do autor, cada tomada de palavra implica levar em conta as representações feitas pelos parceiros da troca mutuamente, e também implica considerar a estratégia de fala de um locutor, que sugere uma identidade de certa forma encarnada, em acordo com o mundo que supostamente faz surgir no discurso. Assim, entende-se que as ideias do locutor, expressas por um *ethos* envolvente e invisível – suscitam a adesão do leitor por meio de uma *maneira de dizer* que é também uma *maneira de ser* (*Op. cit.*, p. 72).

Charaudeau (2008a, p. 115) afirma que o *ethos* resulta da fusão das duas componentes identitárias do sujeito: sua identidade social de locutor, que lhe dá o direito à palavra e funda sua legitimidade a partir do

¹⁷ Cf. Charaudeau, 2008a, Prólogo.

estatuto e do papel que a situação de comunicação lhe conferem; e sua identidade discursiva de enunciador, relacionada aos papéis que ele mesmo se atribui, os quais também resultam das restrições da situação de comunicação e das estratégias que escolhe seguir.

Considerando um entrelaçamento entre *ethos* e gênero do discurso, podemos encontrar um apoio para a análise da figura discursiva do locutor das atas pedagógicas. Em se tratando de um gênero de natureza documental, espera-se uma determinada postura por parte dos sujeitos envolvidos, dadas as circunstâncias que os envolvem na troca linguageira. Tendo em vista a imparcialidade necessária a esse tipo de registro, criam-se expectativas em torno do tom e do ritmo da escrita do sujeito relator, associados ao tipo de registro linguístico mais formal, o que confere – ou deveria conferir – ao texto uma “aura” séria, concisa, objetiva e neutra.

Por meio dessa imagem que se pretende neutra, o relator das atas pedagógicas procurará garantir a sua credibilidade no registro das atas em estudo, isto é, a sua capacidade de realizar essa função. Por outro lado, essa neutralidade pode ser posta em xeque diante de manifestações do *ethos* do relator, que, como representante da instância linguageira escolar, tenderia a favorecê-la em seu discurso.

6. ***Diplomacia discursiva: a imagem construída no discurso de Atas Pedagógicas***

Já postulamos que o discurso relatado é, como diz Maingueneau (2008a), um tipo de encenação discursiva que se coloca apenas como um “jogo” empreendido pelo locutor. Trata-se de uma estratégia para produzir um efeito de objetividade e imparcialidade, condições contratuais de determinados gêneros discursivos que colocam o indivíduo na posição de contar um fato, como ocorre com escritões e testemunhas. Essas condições contribuem para um *status* de credibilidade do locutor, agregando ao texto produzido o valor de documento legal.

Contudo, o enunciador das atas pedagógicas, é um sujeito que se coloca entre duas instâncias linguageiras e que, embora se encontre numa posição neutra, de conciliação entre as partes envolvidas num diálogo, também representa uma dessas partes. Seu discurso tenderá a respaldar as ações dessa instituição e de seus representantes no que tange ao conflito que é o propósito do relato. Dessa forma, é na tentativa de se omitir que o

enunciador acaba mostrando a sua subjetividade a favor ou contra o discurso que está citando, o que pode ser comparado a uma certa diplomacia discursiva, que diz respeito à habilidade para negociar com comunidades exteriores, não se isentando de zelar pelos interesses da instância de onde se fala.

Semelhante “neutralidade tendenciosa” foi analisada por Amossy (2007) no discurso testemunhal, que abrigaria em sua base um paradoxo, na verdade: ao mesmo tempo em que tal discurso se fundamenta na voz de um sujeito-falante que tem autoridade por ter presenciado os fatos narrados, e, por isso, poder dizer “eu estava lá”; esse discurso deve provar ser isento de marcas de subjetividade para que seja reconhecido como válido. A principal questão trabalhada em nossa pesquisa repousa justamente sobre essa contradição no contexto de produção das atas pedagógicas: de que maneira um registro que deve ser imparcial acaba revelando marcas de subjetividade no discurso do enunciador?

Nas atas pedagógicas, os relatos produzidos não deixam de ter um caráter testemunhal uma vez que se trata do registro de um diálogo presenciado ou mesmo do qual se participou como locutor direto. Entretanto, mais do que objetivo, o enunciador precisa se mostrar imparcial, mediando discursos muitas vezes antagônicos, os quais precisa equilibradamente resumir e registrar sem nenhum julgamento de valor de sua parte. Defendemos que, para realizar esse propósito, o enunciador se servirá de recursos linguísticos que lhe permitirão construir uma imagem diplomática em seu discurso, como o uso do discurso indireto, a escolha de verbos de elocução e o emprego de construções para omissão do locutor.

Enquanto um gênero pertencente ao conjunto da redação oficial, as atas já levantam expectativas em torno de um estilo de praxe formal e metódico, como deve ser o texto destinado a uma função burocrática. Tendo em vista o suporte que caracteriza sua corporalidade – um livro de capa preta guardado em um arquivo na secretaria da escola – percebemos uma aura séria e pragmática, que inspira confiabilidade, pois remete à natureza documental desses textos. A estrutura de escrita contínua, sem espaços ou parágrafos, deixa nas entrelinhas uma motivação protocolar e rígida, que contribui para que o texto tenha caráter homogêneo e legal. Esse último traço das atas pedagógicas é corroborado pela lavratura ao final do texto, bem como pelas assinaturas dos presentes.

Toda essa imagem séria e rigorosa depreendida do paratexto será complementada pelo “caráter” do texto, isto é, sua essência, revelada nas

maneiras com que o enunciador se expressa a fim de atender aos objetivos do seu propósito comunicativo. O estilo prescrito pelos manuais para os textos de caráter oficial é confirmado pela objetividade e simplicidade resultantes da busca por um registro o mais próximo possível do padrão linguístico em sua modalidade formal.

Os locutores identificados nas situações abordadas nas atas pedagógicas são funcionários da escola, geralmente ligados à equipe diretiva. Esses cargos fazem parte da identidade que os locutores assumem como portadores do direito à palavra no relato, assegurando-lhes uma autoridade e legitimidade para fazê-lo. Podemos dizer, assim, que o sujeito comunicante das atas pedagógicas é um *EUC-Escola*, caracterizado por essa identidade profissional de quem assume o relato paralelamente à sua função de registrar o que se passa no diálogo entre a instância escolar e a externa.

O *EUC-Escola* se coloca como relator e mediador entre as instâncias do diálogo, representadas por um outro funcionário da escola (que pode ser o próprio relator, embora na maior parte dos textos selecionados não seja) e por alguém da comunidade, geralmente o responsável pelo aluno. Nessa mediação, ora manifesta-se favoravelmente à instância escolar que representa, ora pende para a outra parte. Contudo, essa oscilação não é equilibrada, porquanto na maior parte dos textos observa-se a defesa da escola. De qualquer forma, enquanto assume o relato dos fatos a favor ou contra qualquer uma das partes, percebemos que o *EUC-Escola* se veste a todo tempo de um *EUC-Relator/Mediador*.

Por esse papel de mediador entre duas instâncias languageiras, associamos o *ethos* do enunciador das atas pedagógicas ao que Charaudeau (2008a, p. 144-5) chamou, no contexto do discurso político, de *ethos* de caráter numa figura de moderação. O *ethos* de caráter participa de um imaginário de força de espírito, e não de energia física ou intelectual, como sugerem outros *ethé* de identificação. A figura de moderação do *ethos* de caráter se mostra justamente na mediação entre conflitos, por meio de declarações que se prestam a amenizar ou polemizar determinado tema. Segundo Charaudeau, por meio da construção dessa imagem, o enunciador se vê dotado da arte de proteger a face de partes envolvidas em uma polêmica, bem como intervir em negociações difíceis, garantindo o entendimento mútuo. O acordo é o fim tático visado pelo sujeito que lança mão dessa máscara discursiva.

7. Considerações finais

Observamos nas atas pedagógicas que a manifestação de um *ethos* moderador vai ao encontro da exigência de imparcialidade necessária a um tipo de registro que se pretende imparcial, neutro. Entretanto, notamos que essa imparcialidade é posta em xeque pela necessidade do relator de respaldar as ações da escola, uma vez que, mais do que um simples relator, este se coloca como representante dessa instituição.

A maneira como o *EUE-Relator/Mediador* constrói a sua suposta neutralidade é observada em seu discurso por meio de indícios de polifonia e heterogeneidade enunciativa, como verbos de elocução, expressões modalizadoras e apreciativas, operadores argumentativos, uso de aspas, alterações no registro linguístico, entre outras. Essas marcas acabam revelando o posicionamento do enunciador em relação ao que diz e ao que o outro diz, refletindo a imagem que projeta de si mesmo em seu discurso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMOSSY, R. (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. *A espécie humana*, de Robert Antelme ou as modalidades argumentativas do discurso testemunhal. In: MACHADO, I. L. et al. (Orgs.). *As emoções no discurso*. Rio de Janeiro: Lucerna, v. 1, 2007, p. 252-271.

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). Trad.: Celene M. Cruz e João Wanderley Geraldi. *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas: Instituto de Estudos de Linguagem, n. 19, jul./dez, 1990, p. 25-42, 1990.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BELEZA, N. *Prática de redação comercial e oficial*. Belo Horizonte: Opus, 1973.

CHARAUDEAU, P. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hatte, 1992.

_____. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, I. L.; MELLO, R. (Orgs.). *Gêneros: reflexões em análise do discurso*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004, p. 13-41.

_____. *Discurso político*. Trad. Fabiana Komesu e Dílson Ferreira da Cruz. 1 ed., 1ª reimpr. São Paulo: Contexto, 2008a.

_____. *Linguagem e discurso*. Modos de organização. São Paulo: Contexto, 2008b.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

MACHADO, I. L. As palavras de uma análise do discurso. In: LARA, G. M. P. et al. (Orgs.). *Análises do discurso hoje*, vol. 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 177-198.

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. Trad.: Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008a.

_____. *Cenas da enunciação*. Organizado por S. Possenti e M. C. P. Souza-e-Silva. São Paulo: Parábola, 2008b.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P. et al. (Orgs.). *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003, p. 19-36.

NEY, J. L. *Prontuário de redação oficial*. 8. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1976.

VASCONCELOS, J. A. *Como redigir documentos e atos oficiais*. 1. ed. Belo Horizonte: Vega, 1972.